



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCA**

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 67.360.362/0001-64

## **LEI MUNICIPAL Nº 555, DE 15 DE JULHO DE 2016**

**“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2.017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

**RAFAEL RODRIGUES DE CAMARGO**  
Prefeito do Município de Itaoca, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

### CAPÍTULO I

#### **DAS DIRETRIZES GERAIS**

**ARTIGO 1º** - Ficam estabelecidas para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2.017, as Diretrizes Gerais que se trata este Capítulo, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica do Município, e as recentes Portarias editadas pelo Governo Federal, compreende esta Lei:

- I – Diretrizes Gerais;
- II – Metas Fiscais;
- III – Estrutura do Orçamento Fiscal / Programa de Governo

**ARTIGO 2º** - A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do orçamento-programa para o próximo exercício deverá obedecer à disposição constante do anexo I e II, que faz parte integrante desta Lei.

**ARTIGO 3º** - As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

**ARTIGO 4º** - A proposta orçamentária não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e fixação de despesa, face à Constituição Federal, e a Lei de



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCA**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

CNPJ 67.360.362/0001-64

Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, conterà “reserva de contingência”, identificado pelo código 99999999 em montante equivalente no mínimo de um por cento (1 %) da Receita Corrente Líquida:

§ 1º - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvado as despesas consideradas irrelevantes que não ultrapasse a 0,5 (meio por cento) da receita corrente líquida prevista (orçada), nos termos do art.º 16 § 3º da LRF

§ 2º - O orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da Administração direta mantidas pelo Poder Municipal;

**ARTIGO 5º**- O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta parcial até o dia 30 de Julho, em conformidade com a Emenda Constitucional n.º 25/2.000.

**PARAGRAFO ÚNICO** - O Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas, de receitas para o exercício subsequentes e respectivas memórias de cálculo (art 12, § 3 da LRF)

**ARTIGO 6º** - A Lei Orçamentária dispensará na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

- I. Prioridade de investimento nas áreas sociais;
- II. Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III. Modernização na ação governamental;
- IV. A discriminação de despesa, quanto a sua natureza far-se-á

no mínimo por elemento econômica.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS METAS FISCAIS**

**ARTIGO 7º** - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº101 de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2017 (Ano de



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCA**

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 67.360.362/0001-64

Referência de 2016), estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 471 de 31 de agosto de 2004 – STN.

**ARTIGO 8º** - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Artigo Anterior, constituem-se dos seguintes:

I – Metas Fiscais;

II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; (quando couber)

III – Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas Fiscais com Três Exercícios Anteriores; (quando couber)

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Bens;

Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS; (quando couber)

Demonstrativos VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; (quando couber)

Demonstrativos VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (quando couber)

**PARAGRAFO ÚNICO** – Os Demonstrativos referidos neste Artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua Consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município;

**ARTIGO 9º** - As movimentações do quadro de Pessoal e alterações salariais de que se trata o artigo 169 §1º da CF, somente ocorrerão se atendidos os requisitos e limites da LRF, pelos Órgãos.

**ARTIGO 10º** - A elaboração da proposta orçamentária obedecerá as seguintes diretrizes gerais e princípios de unidade, universalidade, anualidade, da transparência e do equilíbrio - o montante das despesas fixadas não poderá ser superior ao da receita estimada para o exercício.

**ARTIGO 11** - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCA**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**CNPJ 67.360.362/0001-64**

da arrecadação municipal mês a mês, na conformidade do Anexo II, que dispõe sobre as metas fiscais.

§ 1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I. A atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II. A edição de uma planta genérica de valores de forma minimizar a diferença entre alíquotas nominais e as efetivas;
- III. A expansão do número de contribuintes;
- IV. A atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º - As taxas de política administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º - Os Tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do município.

§ 4º - Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estarão limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da LRF.

§ 5º - O pagamento de pessoal e de encargos sociais terão prioridade sobre as ações de expansão.

**ARTIGO 12** - O Poder Executivo é autorizado a:

- I – Realizar operações de créditos por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II – Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas nos termos da Legislação vigente;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCA**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**CNPJ 67.360.362/0001-64**

IV – A Câmara Municipal poderá mediante a Ato da Mesa suplementar suas dotações orçamentárias, desde que os recursos para sua abertura sejam provenientes de anulações de suas próprias dotações;

V – A Transposição, o remanejamento ou transferência de recursos dentro de uma mesma categoria de programação, Projeto, Atividade ou Operações de Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo, nos termos do inciso VI do artº 167, da Constituição Federal;

VI - Contingenciar parte das dotações quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

VII – Assinar Convênios com Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da Administração Direta, para realização de obras e/ou serviços de competência ou não do Município.

ARTIGO 13 - Não sendo devolvido o autógrafo de lei orçamentária até o final do exercício de 2.016, ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

PARAGRAFO ÚNICO- Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

I. Estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II. Publicar até 30 dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance de metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara;

III. Emitirá ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara de Vereadores;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCA**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

CNPJ 67.360.362/0001-64

IV. Os Planos LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Pareceres do TCE serão amplamente divulgados, inclusive na Internet, e ficará à disposição da comunidade;

V. O desembolso dos recursos financeiros consignados a Câmara Municipal, será feito até o dia 20 de cada mês, sob forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os Poderes em conformidade com a L.O.M.

## **CAPÍTULO III**

### **ESTRUTURA DO ORÇAMENTO FISCAL**

**ARTIGO 14 -** O orçamento fiscal abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, as entidades da Administração direta, e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão e demais Portarias editadas pelo Governo Federal.

**ARTIGO 15 -** As despesas com pessoal e encargos não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes, e os aumentos para o próximo ficarão condicionados à existência de recursos, expressa autorização legislativa, e às disposições emitidas no art. 169 da Constituição Federal, e no art.38 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não podendo exceder o limite de 54% ao Executivo e 6% ao Legislativo da Receita Corrente Líquida.

**ARTIGO 16 -** Para efeito de Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art.18, §1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**ARTIGO 17 -** Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente os programas que estão relacionados no Anexo V e VI, integrante desta Lei, podendo na medida das necessidades, serem elencados novos



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCA**

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 67.360.362/0001-64

programas, desde que financiados com recursos próprios ou de outras esferas do Governo.

**ARTIGO 18 -** A concessão de Subvenção conforme autorização Legislativa, através de Lei específica e Convênio com a entidade Santa Casa de Misericórdia de Itapeva, repassará mensalmente recursos para atender despesas com Pró - Santa Casa.

**ARTIGO 19 -** O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, e 15% nas ações de saúde.

**ARTIGO 20 -** A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo compor-se-á de:

- I - Mensagem;
- II - Projeto de lei orçamentária.
- III - Tabelas explicativas da receita e despesa dos três últimos exercícios.

**ARTIGO 21 -** Integrarão à Lei Orçamentária anual:

- I. Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- II. Sumário geral da receita e despesa, por categoria econômica;
- III. Sumário da receita por fontes, e respectiva legislação.
- IV. Quadro das dotações por órgãos

**ARTIGO 22 -** O Poder Executivo, enviará até 30 de Setembro o Projeto de Lei Orçamentária a Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

**PARAGRAFO ÚNICO -** A Câmara não entrara em recesso enquanto não devolver o Projeto de Lei para Sanção do Poder Executivo



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOCA**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**CNPJ 67.360.362/0001-64**

**ARTIGO 23** - É vedado à inclusão na Lei Orçamentária, recursos do Município para custeio de despesas de competência de outras esferas de governo, salvo as autorizadas em Lei e Convênios.

**ARTIGO 24** - Caso o valor previsto no anexo de metas fiscais, apresentarem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada.

**ARTIGO 25** – Esta **LEI** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Itaoca, 15 de Julho de 2016.**

**RAFAEL RODRIGUES DE CAMARGO**  
**Prefeito do Município de Itaoca**